

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 512.740 - MG (2019/0153776-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MÁRCIO TEIXEIRA BRETAS - MG077509
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOHN ALBERT DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOHN ALBERT DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante no dia 12/6/2017, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, por ter sido "*encontrado no imóvel em que residia há cerca de 4 meses com a namorada e a sogra, na rua José de Araújo Fernandes, nº 421, bairro Salgado Filho, em Belo Horizonte/MG, guardando 40 comprimidos da substância conhecida como ecstasy, três microtubos com cocaína e uma porção de maconha, além de R\$ 450,00 em espécie, US\$ 3,00, cordões dourados, dois aparelhos telefônicos e balança de precisão e embalagens plásticas*" (e-STJ fls. 146/147).

Todavia, o Magistrado de piso concedeu-lhe a liberdade provisória em audiência de custódia realizada em 14/6/2017, com a imposição das seguintes medidas alternativas: comparecimento mensal perante a equipe multidisciplinar; compromisso de comparecimento a todos os atos do inquérito e ação penal; recolhimento domiciliar e monitoração eletrônica, sob pena de decretação de nova prisão.

Irresignado, o Ministério Público estadual ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao recurso em sentido estrito para decretar a prisão preventiva do paciente, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 145):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ARTIGO 581, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCUMPRIMENTO REITERADO E INJUSTIFICADO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE. - O descumprimento reiterado e injustificado de medida cautelar autoriza a decretação da prisão preventiva, nos termos dos artigos 282, § 4º, c/c 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Precedentes do STF.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados (e-STJ fls. 164/166).

No presente *writ*, alega a impetrante inexistir motivação idônea para a custódia cautelar, visto que não foi apontada, concretamente, a presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que "*a prisão do Paciente é bastante desproporcional ao crime a ele atribuído e aos argumentos usados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, violação de área de inclusão e o descarregamento da tornozadeira eletrônica*" (e-STJ fl. 11).

Defende que, "*antes de se decretar a prisão preventiva, a lei processual penal prevê a possibilidade da substituição da medida cautelar ou da cumulação com outra medida cautelar*" (e-STJ fl. 12).

Aponta que "*o Paciente é pai de 03 (três) crianças, que dependem financeiramente dele, como se verifica nos documentos em anexo*" (e-STJ fl. 13).

Busca seja revogada a prisão preventiva, mediante a aplicação do art. 282, § 4º, primeira parte, do Código de Processo Penal.

Informações prestadas (e-STJ fls. 199/258).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 260/265).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobreveio sentença condenatória em desfavor do ora paciente em 4/10/2019, proferida nos autos da Ação Penal n. 0964449-37.2017.8.13.0024, para condená-lo à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 600 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, ocasião em que foi mantida a custódia preventiva.

Na linha da orientação firmada no âmbito da Sexta Turma desta Corte,

Superior Tribunal de Justiça

a superveniência de novo título que mantém a segregação cautelar torna prejudicado o *writ* ou o recurso que se voltava contra a decisão que foi substituída.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS JULGADO PREJUDICADO. HOMICÍDIO TENTADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DA CORTE ESTADUAL SOBRE A QUESTÃO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a superveniente prolação de sentença de pronúncia prejudica o exame da tese vertida no recurso em habeas corpus, acerca de eventual ausência de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar, visto que um novo título justifica a restrição à liberdade. Precedentes.

2. Inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre a conservação da prisão provisória na sentença de pronúncia, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental improvido. (Sexta Turma, AgRg no RHC 50.857/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 15/3/2016, DJe 29/3/2016).

De mais a mais, não observo ser a hipótese de flagrante constrangimento ilegal infligido ao paciente, porquanto a prisão cautelar está devidamente motivada, conforme destacado no acórdão impugnado ser o paciente reincidente específico (e-STJ fl. 148).

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator